

**AGORA É
GREVE!**

Acesse a página:

Nº 859

www.sintrajusc.org.br

JUDICIÁRIO FEDERAL CATARINENSE DECIDE HOJE ADESÃO À GREVE NACIONAL

Assembléias nos três órgãos do Judiciário Federal de Santa Catarina decidem hoje sua adesão à Greve nacional da categoria.

A Reunião ampliada da FENAJUFE no final de semana aprovou o início da greve para amanhã, quarta-feira. Em SC, durante a paralisação da semana passada, havíamos marcado Assembléias Setoriais para hoje (terça-feira):

- **TRT às 13 horas**
- **TRE às 15 horas**
- **JF às 17 horas**

Também está marcada Assembléia Geral na quarta, 18, no TRE, às 13 horas.

É importante que todos participem desta discussão, mesmo quem ainda está em dúvida sobre o movimento. É na assembléia que exercemos plenamente a democracia defendendo posições, participando dos debates e votando de acordo com nossa consciência.

As Assembléias, que por decisão da categoria agora são em caráter permanente, também terão como ponto de pauta a liberação do Fundo de Mobilização e Luta.

Por isso, chamamos cada servidor para comparecer à Assembléia no seu local de trabalho e assim decidirmos juntos a nossa posição na movimento nacional.

FENAJUFE TERÁ AUDIÊNCIA COM GILMAR MENDES NA QUINTA-FEIRA

A FENAJUFE conseguiu nesta segunda-feira (16) confirmar uma audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes. O encontro será na quinta-feira, 19 de novembro, às 16h, no STF.

A confirmação foi feita pela assessoria da Presidência, em contato com o coordenador da Federação e do Sindjufe-BA, Rogério Fagundes. De acordo com ele, essa audiência é fruto das muitas pressões que a FENAJUFE e os Sindicatos vêm fazendo junto ao Supremo, reivindicando que o projeto de revisão salarial seja enviado logo ao

Congresso Nacional. Na sexta-feira (13), Fagundes e os coordenadores do Sindjufe-BA Aline Esquivel, Lourival Matos e Lúcia Oliveira se reuniram com o ministro Tourinho Neto, ex-presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Na reunião, os dirigentes sindicais pediram o apoio do ministro e que ele fizesse contato com o presidente do STF para reforçar o pedido da audiência. Tourinho garantiu que entraria em contato com o ministro Gilmar Mendes e que apresentaria a reivindicação da FENAJUFE e do Sindjufe-BA. *Fonte: FENAJUFE*

REUNIÃO AMPLIADA APROVA MOÇÃO DE REPÚDIO À FRENTE ASSOCIATIVA DE MAGISTRADOS E PROCURADORES

Os 110 delegados que participaram da Reunião Ampliada da FENAJUFE no sábado, 14, representando os 30 sindicatos filiados à Federação, aprovaram, além da deflagração da Greve por tempo indeterminado, uma Moção de Repúdio às entidades que compõem a Frente Associativa de Magistrados e Procuradores, que, em ofício entregue ao Ministro Gilmar Mendes, se posicionou contrária à revisão salarial da categoria.

Confira abaixo:

Moção de Repúdio à Frente Associativa de Juízes e Procuradores

Os 30 sindicatos do Poder Judiciário Federal, do TJDF e do Ministério Público da União, reunidos em Brasília-DF, durante Reunião Ampliada deliberativa da FENAJUFE, votaram e aprovaram a presente Moção de Repúdio:

Contra a AJUFE, na pessoa do seu presidente, Juiz Federal Fernando Cesar Batista de Mattos; AMPDFT, através do seu presidente, Procurador Distrital Carlos Alberto Cantarutti; ANAMATRA,

através de seu presidente, Juiz do Trabalho Luciano Athayde Chaves; ANMPM, através de seu presidente, Procurador Militar Marcelo Weitzel Rabello de Souza; ANPR, através de seu presidente, Procurador da República Antônio Carlos Alpino Bigonha; ANPT, através de sua Procuradora do Trabalho Daniela Landim Paes Leme; AMAGIS-DF, através de seu presidente, Juiz Distrital Aiston Henrique de Souza; e AMAJUN, Juiz Federal Militar José Barroso Filho, que em nome de uma chamada Frente Associativa, subscreveram ofício dirigido ao presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, sabotando a revisão salarial proposta pelo próprio presidente, e que após longo período e profundos estudos foi apresentada tabela salarial de equiparação salarial dos servidores do Poder Judiciário Federal com a dos demais poderes Executivo e Legislativo e o TCU.

Esta moção deve ser encaminhada a todos os membros dos tribunais superiores, TJDF, OIT, todas as centrais sindicais e federações de trabalhadores do Brasil.

VISTA A CAMISETA DA LUTA NAS ASSEMBLÉIAS!